



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas
Conselho Pedagógico

Regimento do
Conselho Pedagógico
Do
Instituto de Letras e Ciências Humanas

24 de Maio 2010

INDICE

CAPÍTULO I – <i>Natureza e Competências</i>	3
Artigo 1º - Definição e Objecto	3
Artigo 2º - Composição	3
Artigo 3º - Competências do órgão	3
Artigo 4º - Presidente	4
Artigo 5º - Eleição	5
Artigo 6º - Vacatura, Renúncia, suspensão ou perda de mandato e preenchimento de vaga	6
Artigo 7º - Dos Membros do órgão (Direitos e Deveres)	7
Artigo 8º - Incompatibilidades	7
CAPÍTULO II – <i>Funcionamento</i>	7
Artigo 9º - Modo de Funcionamento	7
Artigo 10º - Reuniões	8
Artigo 11º - Convocatórias e ordem de trabalhos	8
Artigo 12º - Deliberações	8
Artigo 13º - Elaboração e aprovação de actas	9
CAPÍTULO III – <i>Disposições Finais</i>	9
Artigo 14º - Interpretação e Integração de Lacunas	9
Artigo 15º - Actualização, Revisão e Alteração	9
Artigo 16º - Entrada em Vigor	9

Aprovado na reunião
do Conselho Pedagógico
de 24. de Maio
2010.

CAPÍTULO I - (Natureza e Competência)

Presidência

Artigo 1º Definição e Objecto

1. O Conselho Pedagógico é o órgão que define e superintende a política pedagógica do Instituto, de acordo com o artigo 18.º, dos *Estatutos do Instituto de Letras e Ciências Humanas*, publicados no Diário da república (2.ª série), n.º 122, de 26 de Junho de 2009 (Despacho n.º 14479/2009).
2. O presente regimento disciplina e organiza o funcionamento do Conselho Pedagógico do Instituto de Letras e Ciências Humanas, da Universidade do Minho, doravante designado, abreviadamente, por Instituto,.
3. O presente regimento, com os objectivos previstos no número anterior, deve ser aprovado em sede do Conselho Pedagógico.

Artigo 2º Composição

1. O Conselho Pedagógico do Instituto é composto paritariamente por elementos dos corpos docente e discente.
2. O Conselho Pedagógico é composto por vinte e quatro membros, do seguinte modo:
 - a) O Presidente, que é um vice-presidente do Instituto;
 - b) Onze professores, assegurando a presença de cinco directores de cursos de 1º ciclo, três directores de cursos de 2º ciclo e um director de cursos de 3º ciclo, bem como de um representante de outras unidades orgânicas com participação específica nesses ciclos de estudos;
 - d) Doze estudantes, assegurando a representação dos diferentes ciclos de estudos promovidos pelo Instituto, sendo seis do primeiro ciclo, quatro do segundo ciclo e dois do terceiro ciclo de estudos.

Artigo 3º Competências

1. São competências do Conselho Pedagógico do Instituto de Letras e Ciências Humanas as descritas no art.º 18.º, dos respectivos Estatutos naquilo que não contrarie os Estatutos da Universidade do Minho e o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, designadamente:
 - a) Pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação;
 - b) Promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico do Instituto e a sua análise e divulgação;
 - c) Promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes, e a sua análise e divulgação;
 - d) Garantir mecanismos de auto-avaliação regular relativa ao desempenho dos projectos de ensino;

- e) Apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas e propor as providências necessárias;
 - f) Aprovar o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
 - g) Pronunciar-se sobre o regime de prescrições;
 - h) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudos ministrados;
 - i) Pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
 - j) Assegurar a gestão corrente dos assuntos comuns aos ciclos de estudos, designadamente no que concerne ao calendário lectivo e ao calendário de avaliação;
 - k) Propor a afectação de recursos para um correcto funcionamento dos ciclos de estudos;
 - l) Aprovar as equivalências de unidades curriculares e de planos de estudos, segundo as normas e critérios fixados pelo senado académico;
 - m) Moderar e arbitrar os conflitos que venham a ocorrer no funcionamento dos ciclos de estudos;
 - n) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei ou pelos Estatutos.
2. O Conselho Pedagógico delega no seu Presidente a competência para despachar os assuntos considerados necessários e adequados ao bom funcionamento do órgão, desde que a urgência exigida em termos de despacho o justifique.
3. O Presidente do Conselho Pedagógico informará o órgão dos despachos ocorridos nos termos do número anterior, na sessão imediatamente a seguir.

Artigo 4º **Presidente**

1. Nos termos do artigo 19º, dos Estatutos do Instituto, o Presidente do Conselho Pedagógico é um Vice-Presidente do Instituto, a quem compete:
- a) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho Pedagógico, assinar conjuntamente com o secretário, as respectivas actas, aceitar as justificações de faltas às reuniões e nelas exercer o voto de qualidade, excepto nas votações que se efectuem por escrutínio secreto;
 - b) Executar as deliberações tomadas pelo Conselho Pedagógico, assegurando o respectivo expediente ou os actos administrativos que delas decorram, dando a conhecer ao Conselho Pedagógico o seu andamento;
 - c) Definir a constituição e nomear os membros de comissões ou grupos de trabalho que venham a ser criados, a pelo Conselho Pedagógico, podendo estas, sempre que se justifique, integrar Professores e Investigadores que não sejam membros do Conselho Pedagógico;
 - d) Convidar personalidades, vinculadas ou não ao Instituto de Letras e Ciências Humanas, para participarem em reuniões do Conselho Pedagógico, quando pela sua especialização pedagógica e/ou técnica, ou conhecimento das matérias em agenda, o seu contributo possa ser considerado pertinente à melhor tomada de decisão, conforme previsto no nº 2, do artigo 10º, deste regimento.
 - e) Propor ou providenciar a eleição do secretário das reuniões;
 - f) Verificar a existência de conflitos de interesse, incompatibilidades e impedimentos dos membros do órgão;
 - g) Exercer todas as demais competências que por lei, pelos Estatutos da Universidade do Minho ou pelos Estatutos do Instituto de Letras e Ciências Humanas lhe forem conferidas;
 - h) Exercer as demais competências delegadas pelo órgão a que preside, nos termos previstos no nº 2, do artigo 3º, deste regimento.

2. O presidente pode, ainda, suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada, a incluir na acta da reunião.

3. Em caso de ausência ou impedimento temporário do presidente, as suas funções serão desempenhadas por outro Vice-presidente designado pelo Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas.

Artigo 5º **Eleição**

1. A eleição dos membros do Conselho Pedagógico obedece ao disposto no respectivo regulamento eleitoral que constitui o *anexo I* do presente regimento:

a) Os membros a que se refere a alínea b), do nº 2, do artigo segundo, são eleitos nos termos do nº 1, do artigo 2º, do regulamento eleitoral para o Conselho Pedagógico do Instituto, ou seja, pelo conjunto dos directores de curso dos diferentes ciclos de estudo promovidos pela Escola, devendo ser assegurada a representação dos três ciclos de estudo;

b) O membro a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo segundo é um professor designado pela unidade orgânica com maior participação específica no conjunto dos ciclos de estudo promovidos pela Escola.

c) Os membros a que se refere a alínea d), do nº 2, do artigo segundo são eleitos nos termos do nº 2, do artigo 1º, do regulamento eleitoral, ou seja, pelos estudantes inscritos nos 1º, 2º e 3º ciclos de estudos afectos ao Instituto, de acordo com o registo dos Serviços Académicos.

2. Os mandatos dos representantes referidos no número anterior têm a duração de dois anos, no caso dos professores, e de um ano, no caso dos estudantes.

3. Em caso de vacatura ou cessação de mandato de membros eleitos para o Conselho Pedagógico, a substituição é assegurada nos termos do artigo 40º, dos Estatutos do Instituto.

4. Em todas as situações previstas nos números anteriores, o novo membro completa o mandato do membro substituído, também nos termos do previsto no artigo 40º, dos referidos Estatutos.

5. O representante dos estudantes do Conselho Pedagógico do Instituto de Letras e Ciências Humanas no Senado Académico da Universidade do Minho será eleito nos termos do respectivo regulamento que constitui o *anexo II* do presente regimento.

6. Por motivo de comparência às reuniões, e desde que o solicitem, os discentes estão dispensados das aulas.

Artigo 6º **Vacatura, renúncia, suspensão ou perda de mandato e preenchimento de vaga**

1. Nos termos do nº 1, do artigo 39º, dos Estatutos do Instituto de Letras e Ciências Humanas, os membros do Conselho pedagógico podem renunciar aos respectivos mandatos através de declaração escrita justificativa.

2. Os membros do Conselho Pedagógico podem, ainda, requerer fundamentadamente a suspensão do respectivo mandato, nos termos definidos no número anterior, por prazo não inferior a seis meses nem superior a um ano, em consequência de motivo relevante previsto legalmente ou de outras situações ponderosas relativas às suas condições de docente e/ou de discente.

3. Em caso de impedimento permanente, considerando-se como tal aquele que previsivelmente perdure para além do limite indicado no número anterior, o Conselho Pedagógico delibera sobre a verificação dos respectivos pressupostos e, sendo o caso, declara a vacatura ou cessação de mandato e determina o procedimento conducente ao seu preenchimento, nos termos referidos no nº 3, do presente artigo
2. Perdem o mandato os membros do Conselho Pedagógico que deixem de pertencer ao corpo que representam, verificando-se qualquer uma das seguintes situações:
 - a) Deixarem de pertencer aos corpos para que tenham sido eleitos, docentes ou estudantes do Instituto;
 - b) Estejam impossibilitados permanentemente de exercer as suas funções;
 - c) Faltem, sem justificação apresentada, a mais de três reuniões consecutivas ou quatro interpoladas;
 - e) Sejam condenados em processo disciplinar durante o período do mandato;
 - f) Deixem de estar vinculados ao Instituto de Letras e Ciências Humanas, sendo a substituição assegurada nos termos do n.º 3 do presente artigo.
3. As vagas que ocorram no Conselho Pedagógico por vacatura, renúncia, suspensão ou perda de mandato, são preenchidas, nos termos do artigo 40º, dos Estatutos do Instituto, ou seja, pelas pessoas que figurem seguidamente na ordenação da eleição para esses órgãos.
4. Na impossibilidade de substituição nos termos do número anterior, procede-se a nova eleição pelo respectivo corpo, desde que as vagas criadas na sua representação atinjam mais de metade.
5. Os novos representantes eleitos apenas completam os mandatos dos membros substituídos.

Artigo 7º
Dos Membros do órgão:
(Direitos e Deveres)

1. Os membros do Conselho Pedagógico têm o direito de:
 - a) Receber as convocatórias no prazo estipulado no nº 1, do artigo 20º, dos Estatutos do Instituto, ou seja, com, pelo menos, sete dias de antecedência, contendo a ordem do dia das reuniões e a documentação referente aos temas agendados;
 - b) Participar nas reuniões, intervindo nas discussões e votações e submetendo a debate aquilo que considerem pertinente;
 - c) Apresentar pedidos de esclarecimento, propostas ou contrapropostas e declarações de voto;
 - e) Ter acesso à documentação e outra informação disponível e considerada relevante ao exercício da respectiva função;
 - f) Exercer as demais funções inerentes à condição de membro.
2. São especiais deveres dos membros do Conselho Pedagógico:
 - a) Cumprir o presente Regimento;
 - b) Comparecer e participar nas reuniões e nas outras actividades do órgão para que foram designados, indicando e justificando a razão da sua eventual ausência;
 - c) Desempenhar as funções atribuídas pelo Conselho Pedagógico no respectivo âmbito.

3. O dever de comparecer às reuniões por parte dos membros do Conselho Pedagógico prevalece sobre quaisquer outros deveres funcionais, com excepção de exames, no caso dos estudantes, e da participação em júris de concursos e em provas académicas, no caso dos professores.

4. As faltas devem ser comunicadas ao presidente, com a respectiva justificação, até ao início da reunião a que respeitem, ou, não sendo possível, justificadas nos cinco dias imediatos ao impedimento.

Artigo 8º **Incompatibilidades**

Os membros do Conselho Pedagógico que se encontrem numa das situações de incompatibilidade previstas na lei ou nos Estatutos da Universidade do Minho, suspendem o seu mandato até que cesse a situação de incompatibilidade, sendo substituídos nos termos previstos na lei e no presente regimento.

CAPÍTULO II - Funcionamento

Artigo 9º **Modo de funcionamento**

1. O Conselho Pedagógico funciona em plenário, podendo também funcionar em comissões ou grupos de trabalho, em conformidade com o disposto na alínea c), do nº1, do artigo 4º deste regimento.

2. As Comissões ou Grupos de trabalho funcionam sob a direcção do Presidente do órgão ou de outro membro em quem o Presidente delegar.

Artigo 10º **Reuniões**

1. O Conselho Pedagógico reúne, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo(a) Presidente, por sua iniciativa, ou por solicitação escrita de, pelo menos, um terço dos seus membros.

2. Nas reuniões do Conselho Pedagógico poderão participar, sem direito a voto, personalidades, vinculadas à Universidade ou não, quando a sua especialização pedagógica e/ou técnica ou conhecimento das matérias em agenda seja considerado pertinente à boa decisão.

Artigo 11º **Convocatórias e ordem de trabalhos**

1. As convocatórias das reuniões do Conselho Pedagógico devem ser enviadas por via electrónica, no prazo previsto nº 1, do artigo 20º, dos Estatutos do ILCH, ou seja, com, pelo menos, sete dias

de antecedência, sendo a antecedência reduzida para dois dias úteis para as reuniões extraordinárias.

2. As convocatórias obedecem aos seguintes requisitos:

- a) Devem ser assinadas pelo Presidente;
- b) Devem indicar a ordem de trabalhos, o dia, a hora e o local da reunião;
- c) Devem ser acompanhadas de toda a informação necessária à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos.

3. Compete ao Presidente elaborar a ordem de trabalhos, podendo nela incluir os assuntos da competência do Conselho Pedagógico que lhe sejam, para esse efeito, indicados por qualquer membro, desde que o pedido seja apresentado com uma antecedência não inferior a oito dias úteis, acompanhado da respectiva documentação, se necessário.

4. Não se verificando na primeira convocação o quórum previsto no número três do artigo seguinte, é convocada nova reunião com o intervalo de, pelo menos 24 horas, prevendo-se nessa convocatória que o órgão delibere desde que esteja presente um terço dos seus membros com direito a voto.

5. A circulação de documentos entre os membros do Conselho Pedagógico será efectuada preferencialmente por via electrónica.

Artigo 12º **Deliberações**

1. Só podem ser objecto de deliberação os assuntos incluídos na ordem de trabalhos, salvo se, tratando-se de reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros, reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.

2. A forma de votação é nominal e o Conselho Pedagógico só pode deliberar quando esteja presente a maioria dos membros com direito a voto.

3. As deliberações do Conselho Pedagógico são tomadas por maioria absoluta dos membros presentes na reunião, salvo nos casos em que, por disposição legal, se exija maioria relativa ou maioria qualificada.

4. As deliberações do Conselho Pedagógico adquirem eficácia depois de aprovadas as respectivas actas, extractos ou minutas das mesmas, de onde constem as deliberações aprovadas.

5. As deliberações do Conselho Pedagógico são tomadas por votação nominal, sendo o escrutínio secreto obrigatoriamente adoptado, quando envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa e ainda, sempre que proposto por qualquer membro do órgão e aprovado por maioria absoluta.

Artigo 13º **Elaboração e aprovação de actas**

1. De cada reunião será lavrada acta, que conterá um resumo do que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respectivas votações, inclusive eventuais declarações de voto que os seus membros pretendam anexar.

2. As actas são lavradas pelo secretário e, após anuência do Presidente, são enviadas para leitura e apreciação aos membros do órgão, a fim de serem aprovadas na sessão seguinte.

3. Nos casos em que o Conselho assim o delibere, a acta poderá ser aprovada, em minuta, na mesma reunião.
4. Uma vez aprovada, a acta será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.
5. As actas das reuniões, após a sua aprovação, e demais documentos que a ela fiquem apensos, serão divulgados por correio electrónico para todos os membros do Instituto, podendo ser consultadas pelos próprios nos serviços de apoio ao funcionamento do Conselho Pedagógico.

CAPÍTULO III - Disposições Finais

Artigo 14º (Interpretação e integração de lacunas)

1. Compete ao Presidente do Conselho Pedagógico interpretar o presente regimento e integrar as eventuais lacunas, sem prejuízo de recurso para o órgão.

Artigo 15º Revisão e alteração

1. O presente regimento deve ser objecto de actualização, revisão e/ou alteração sempre que seja necessário estabelecer a sua conformidade com os Estatutos do Instituto de Letras e Ciências Humanas, da Universidade do Minho ou com a lei.
2. O presente regimento pode ainda ser revisto e/ou alterado, por iniciativa do presidente ou sob proposta de, pelo menos, um terço dos membros do Conselho Pedagógico.
3. As alterações ao regimento do Conselho Pedagógico do Instituto de Letras e Ciências Humanas serão aprovadas por maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 16º Entrada em vigor

O presente regimento entra em vigor no dia seguinte ao da sua homologação pela Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas.